

## A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO PROFESSOR EM FORMAÇÕES DE CURTO PRAZO: UMA REALIDADE NEOLIBERAL

Fabíola do Nascimento<sup>1</sup>

<sup>1</sup> histfabiola@hotmail.com

**Resumo:** Este artigo tem por finalidade analisar a construção identitária do professor diante do cenário político social que é reflexo do neoliberalismo, e suas conseqüências quanto a sua formação docente dentro dessa vertente. Como suporte teórico ao desenvolvimento desta pesquisa bibliográfica destacam-se as ideias de Quixadá (2007), Frigotto (1995) e Marrach (1996). O trabalho propõe algumas reflexões sobre o papel da educação que assume uma função mercadológica e as conseqüências na formação de professores. Segue fazendo considerações sobre os papéis da formação pedagógica, considerando as normas oficiais. Como resultado, destacar-se de que os docentes em questão não fogem à tendência presente na educação país, de privilegiar a formação técnica do professor, em detrimento a uma formação pedagógica que o capacite para exercer a sua cidadania e intervir no processo de transformação social.

**Palavras-chave:** Aligeiramento. Formação. Neoliberalismo.

A identidade do professor é um processo contínuo que leva em consideração a prática social envolvido num contexto histórico e da interação com o outro. Nessa perspectiva será analisado esse processo no atual cenário de sistema educacional pautado em uma sociedade de classe, onde para atender às políticas de formação de professores da educação básica cujo foco é uma formação em curto período de tempo priorizando a certificação e quantificação em detrimento da qualificação.

O neoliberalismo é uma política adotada nos últimos anos nos países ocidentais que busca a superação da crise do capitalismo, com influências em diversos setores. As premissas neoliberais giram em torno de princípios como a desregulamentação da economia, a mínima intervenção estatal, a privatização, a redução de impostos, o incentivo à competição e a obtenção de lucro. (TORRES, 2003)

Neste contexto, a política educacional subordina-se aos interesses do mercado, ótica esta calcada na privatização e no aligeiramento do ensino e da formação do professor, sendo o ensino tratado como mercadoria. As escolas transformam-se em lucrativas empresas educacionais, que vendem cada vez mais caro o seu produto a quem pode pagar (QUIXADÁ, 2002).

Dessa forma, as políticas neoliberais e conservadoras estão tentando transformar o sistema escolar em um mercado que defende um modelo de sociedade em que a educação seja reduzida a mais um bem de consumo. Assim:

“a formação do educador, a sua identidade, o seu fazer, o ensino e o perfil do aluno que se quer formar incorporam-se, à lógica da produção de mercadorias, formando um aluno para responder às exigências do mercado e não para exercer a sua cidadania e intervir no processo de transformação social. A formação crítica é progressivamente substituída por uma formação tecnicista, com tendências à especialização e ao estreitamento curricular” (TORRES, 2003, p. 264).

As políticas educacionais neoliberais dão sinais de suas intenções ao darem ênfase às avaliações (controle), à educação a distancia, à educação técnica/profissionalizante, à busca pela “qualidade” (na concepção do mercado), entre outras. As verbas para a educação no Brasil são as primeiras a sofrer os típicos cortes no orçamento (em nome do mercado, da economia, etc.), enquanto os poucos investimentos são direcionados não para os setores que mais necessitam, mas para aqueles que mais são do interesse das indústrias, do mercado, enfim. Os “fins” da educação são cada vez mais distorcidos. A educação torna-se, dessa forma, cada vez mais uma mercadoria, inclusive o ensino superior (tanto público quanto privado). Para GENTILI (2001),

O neoliberalismo precisa – em primeiro lugar, ainda que não unicamente – despolitizar a educação, dando-lhe um novo significado como mercadoria para garantir, assim, o triunfo de suas estratégias mercantilizantes e o necessário consenso em torno delas. (p. 244).

Ao responsabilizar as pessoas pela própria “sorte”, o número de excluídos aumenta cada vez mais. A situação do desemprego acaba com valores, e aqueles que não possuem muitos recursos, acabam por ter que submeter-se as condições que lhe são mais favoráveis. Segundo FORRESTER:

Gentili (1996) observa que o professor hoje é formado sob a lógica da “pedagogia fast food”, isto é, por meio do rápido treinamento planejado e definido de forma centralizada e com aplicabilidade imediata em diferentes contextos sociais. “Formar um professor não costuma ser considerada uma tarefa mais complexa do que a de treinar um preparador de Hambúrguer.” (GENTILI, 1996).

Percebe-se nitidamente que a imediatez de ter um diploma deixa sérias lacunas na formação do profissional docente, uma vez que ele não terá uma solidez teórica que poderá resultar numa prática adequada, além de concepções nulas e vazias de reflexão sobre sua atuação.

Nota se que a exigência mercadológica até nas questões normativas uma vez que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação diz que “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” uma suposta “qualificação” para adequar se na educação fica aquém dos limites de uma tomada de consciência na forma (QUIXADÁ,2002).

Segundo Quixadá a política Neoliberal tende a reduzir drasticamente a qualidade intelectual da Educação, em prol de uma qualidade mercadológica, visando resultados rápidos e direcionados aos interesses empresariais, e isso reflete nitidamente na formação do profissional da educação.

Sendo assim, poderia esta política que busca atender a demanda do mercado, formar o docente de forma rápida e eficiente? E esse processo de formação seria capaz de interferir diretamente na construção da identidade do professor? Ou promoveria apenas um docente reproduzidor de conhecimentos e propagação de idéias já pensadas?

O impacto de um processo de formação inicial em curto prazo de um professor carrega várias problemáticas, uma vez que as possibilidades de uma formação integral que o capacite para atuar como mediador reflexivo do ensino e na formação de sujeitos sociais fica limitado. Assim como, fica restringida a procura por superar as práticas pedagógicas tradicionais através de uma nova postura de professor com a construção de conhecimento através da reflexão, da análise e da sua problematização e de sua própria prática (QUIXADÁ, 2002).

Um professor sem uma formação apropriada contribui para a continuidade da exclusão social, principalmente nas classes desfavorecidas onde não se pode “pagar” por um ensino de qualidade, mesmo que seja para atender ao mercado.

Mas ignorando todos os problemas, as políticas neoliberais no Brasil corroboram para a vigência de não oferecer ao profissional da educação uma formação integral, deixando de lado todas as questões que contribuem para a desvalorização da educação aumentando assim, a exclusão social.

No discurso neoliberal, a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar a sua semelhança. Vale ressaltar três objetivos que o neoliberal atribuiu ao papel estratégico da educação:

1. Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. [...]

2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. [...]

3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com idéia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar. (MARRACH, 1996, p. 46-48).

Conclui-se, portanto, que o neoliberalismo aborda a escola no âmbito do mercado e das técnicas de gerenciamento, esvaziando, assim, o conteúdo político da cidadania, substituindo-os pelos direitos do consumidor. É como consumidores que o neoliberalismo vê alunos e pais de alunos.

Dessa forma que o disposto na Lei n.º 9394/96, o PNE do governo incentiva a formação de professores nos Cursos Normais Superiores de curta duração, bem como os programas de incentivo, como o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que tem como prioridade a formação à distância de professores para a Educação Básica. Além de possibilitar ao bacharel a possibilidade de atuar como docente desde que curse uma complementação pedagógica.

Nos artigos da LDB que trata dos Profissionais da Educação (61 a 67) do Título VI, percebe-se tais ajustes e exigências no decorrer do texto, como no artigo 62, que trata sobre a formação de professores para a educação básica, no qual estabelece-se que

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade norma (BRASIL, 2014).

Percebe-se que este artigo da LDB/1996 “permitiu” uma formação aligeirada, barateando os custos por tratar-se de cursos mais rápidos, estimulando a formação dos professores da educação infantil e dos primeiros anos da escolarização acontecer no nível superior, ao mesmo tempo em que, admite-se como mínima, a formação no nível médio na modalidade Normal, sendo obrigatória a formação superior apenas para o magistério na educação de nível superior.

A educação à distância para formação de professores apresenta outros problemas enquanto instrumento para a formação; ela também é um meio de transferência de responsabilidade do Estado à sociedade civil. Visto que para tal modalidade, necessita-se da

existência de um sistema tecnológico barato e acessível e, esse processo é orientado e legalizado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e as Diretrizes Curriculares Nacionais, que em suas propostas orientam para a familiarização com as tecnologias, informação e treinamento, rápida atualização do conhecimento e na formação de professores adaptação e instrumentalidade (SILVA JR, 2002).

Apesar de os discursos oficiais afirmarem numa maior autonomia para a atuação do professor, a realidade se mostra contraditória, pois as diretrizes que vem de “cima” prescrevem explicitamente os conteúdos, disciplinas e metodologias a serem aplicados pelo professor, com vistas ao alcance de metas e resultados.

Está evidente que o projeto neoliberal prevê cada passo para que a educação sirva aos seus próprios interesses.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do contexto de formação docente, discute se a formação aligeirada como um fator primordial, exercendo considerável influência no processo de formação da identidade do educador, para que este dotado de valores, competências, saberes, direitos e deveres e não apenas um transmissor de idéias. Contudo na prática tem se percebido algo muito distante dessa realidade. Uma vez que a formação inicial de professores mostra-se deficitária e rápida para atender uma demanda do sistema vigente.

A docência não deveria fugir de seu compromisso básico cujo processo formativo não dispensa nem o ato investigativo da própria práxis e nem o contato com a produção intelectual qualificada da área, que o habilitaria a exercer a sua cidadania e intervir no processo de transformação social.

A formação dos docentes, por tanto, dever ia relacionar a atividade teórica à atividade prática, não apenas para suprir os déficits nos números que revelam a decadência do sistema do sistema educacional vigente, faz se necessário analisar toda essa problemática colocando a formação eficiente do professor como o principal meio de melhorar a situação do professor como o principal meio de melhorar a situação educacional do país.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** n.9.394/96. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 25 Jul. 2016

FRIGOTTO, G. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILE, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da. Neoliberalismo, qualidade total e educação (Orgs.). Petrópolis: Vozes, 1995, p. 31-92.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

GENTILI, PABLO. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In. SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo (Orgs). Escola S.A: Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Educação & Sociedade. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1337-1354, out.-dez. 2010.

MARRACH, S. A. Neoliberalismo e Educação. In: GUIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). Infância, Educação e Neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 1996. p. 42-56.

QUIXADÁ VIANA. Cleide Maria. **A identidade do professor e o papel da pesquisa no fazer docente**. UFCE

SOARES, Maria Susana Arrosa (Org). *A educação superior no Brasil*. Brasília –DF. CAPES,2002. V.1.

TORRES SANTOMÉ, J. A educação em tempos de neoliberalismo. Porto Alegre: Artmed, 2003.p. 264.